

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.363.2015-40

ENTIDADE: Fundo de Reaparelhamento Policial/SESP

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial-FUREPOL/SESP, exercício de 2014

RESPONSÁVEL: Ildor Reni Graebner

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.138/2017

PLENÁRIO

EMENTA:

Prestação de Contas. Fundo de Reaparelhamento Policial - FUREPOL. Regularidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com fulcro no Art. 51, inciso I, da LCE nº 38/1993, considerando **Regular** a Prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial – FUREPOL/SESP, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor **Ildor Reni Graebner**, gestor responsável pelo Fundo/SESP, à época. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos.

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Fui presente: **Mario Sérgio Neri de Oliveira**
Procurador do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 20.363.2015-40
ENTIDADE: Fundo de Reaparelhamento Policial/SESP
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial-FUREPOL/SESP, exercício de 2014¹
RESPONSÁVEL: Ildor Reni Graebner
PROCURADOR:
RELATORA: Consª Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1. Cuidam os autos da Prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial-FUREPOL/SESP, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor **Ildor Reni Graebner**, Secretário de Estado de Segurança Pública do Acre.

2. A documentação foi protocolada neste Tribunal pelo responsável da gestão, mediante Ofício nº 520/SESP/GS, com data de 28 de abril de 2015, **dentro** do prazo estabelecido, no item II, parágrafo 2º, art. 2º, da Resolução/TCE nº 87/2013².

3. A análise técnica procedida pela DAFO/1ªIGCE, fls. 06 a 12, apurou os seguintes resultados:

3.1. O **Rol dos Responsáveis** (fl. 03) atendeu as determinações contidas no art. 8º, da Resolução TCE-AC nº 087/2013.

3.2. O **Relatório Circunstanciado**, sobre o gerenciamento e a execução dos planos, programas, gastos e investimentos no período, encontra-se dentro dos procedimentos contidos no Manual de Referência, item III do Anexo VII³.

¹ O Fundo foi criado pela Lei Estadual nº 595/1976, tendo como objetivo promover o reaparelhamento da SESP

² Alterado pela Resolução/TCE nº 106/2016

³ Resolução TCE nº 087/2013

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

3.3. No decorrer do exercício financeiro, foram abertos **Créditos Adicionais Suplementares**, no valor de **R\$ 172.622,18** e **Redução**, no valor de **R\$ 25.599,22**, alterando a dotação inicial de **R\$ 28.751,00**, para **R\$ 169.247,50** (fl. 15).

3.4. A **Receita** total disponível foi da ordem de **R\$ 230.613,52**, deduzidas todas as **Despesas** executadas no exercício restou um saldo para o exercício seguinte de **R\$ 24.903,42**, conferido conforme o Balanço Financeiro (fls. 17 e 8).

3.5. O Demonstrativo do Balanço Patrimonial apresentou uma diferença de **R\$ 40.962,60** quando comparado com o valor de **R\$ 370.718,68** escriturado na conta Bens Móveis e o valor de **R\$ 329.756,08** escriturado no Relatório do Inventário Geral Analítico, gerando inconsistência no Balanço Patrimonial do Fundo.

3.6. O Demonstrativo das Licitações Realizadas foi encaminhado o Demonstrativo de Licitações e Contratos acompanhados das publicações no Diário Oficial do Estado, número do processo, nome do contratado, valor, vigência, aditivos, valor executado, valor acumulado e elemento de despesa, de acordo com as recomendações contidas no item VIII do Anexo VII do Manual de Referência – 1ª Edição⁴.

3.7. O Demonstrativo Anual dos Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes Celebrados, o gestor informou, o que foi constatado pela 1ª IGCE, que o Fundo cumpriu as exigências contidas no Manual de Referência – 1ª Edição, não concedendo no exercício de 2014, nenhum recurso por meio de convênio, acordos, ajustes celebrados ou termos de cooperação.

3.8. O Demonstrativo das Obras Contratadas, conforme informações fornecidas pelo gestor do Fundo e confirmado pela análise da 1ª IGCE, não foram contratadas obras no exercício de 2014, portanto, está em conformidade com as exigências contidas no Manual de Referência – 1ª Edição, item XI do Anexo VII.

3.9. O Relatório dos Restos a Pagar não Processados de exercício anterior, liquidados no exercício de 2014, foi de **R\$ 36.462,60**. De acordo com a análise técnica da 1ª IGCE, não foi observado Restos a Pagar para o exercício seguinte (2015).

4. Concessão de Diárias e Almoxarifado, o gestor informa, conforme Relatório Técnico da 1ª IGCE (fls. 10 e 11) que no exercício de 2014 não houve pagamento de diárias e nenhuma movimentação do almoxarifado de entrada e saída de bens, portanto, de acordo com as regras contidas no Manual de Referência – 1ª Edição.

⁴ Resolução TCE nº 087/2013

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5. **Com Relação o envio do Parecer do Controle Interno** o gestor enviou “Nota Explicativa” informando que a elaboração do Parecer estava dependendo da transmissão de dados da SEFAZ em relação ao encerramento do exercício anual 2014. Enviando naquele momento, somente a portaria de nomeação do chefe do Controle Interno. Entretanto, consultando o Sistema de Análise e Gestão de Relatórios do TECE/AC, constatou-se que o gestor enviou, via eletrônico, o Parecer do Controle Interno das Contas do Fundo, exercício 2014, datado de 24 de abril de 2015, considerando as contas do Fundo regular por atender os ditames legais.

6. **Às fls. 49 a 51, a equipe da 1ª IGCE**, relacionou as inconsistências apuradas na Prestação de Contas em relação ao Balanço Patrimonial, no que diz respeito a diferença no valor de **R\$ 40.962,60**, propôs, no Relatório Técnico, promover mandato de citação para que o gestor responsável justificasse a inconsistência.

7. **O responsável pela gestão** foi regularmente citado às fls. 30 e 31, sendo apresentada, tempestivamente, as “justificativas e documentos” de fls. 34 a 46.

8. Instada a se manifestar sobre a documentação acostada aos autos, a 1ª IGCE emitiu o Relatório Complementar de fls. 49 a 51, no qual concluiu pela **regularidade** das Contas do FUNDO/SESP, exercício de 2014, posto que restaram sanadas as inconformidades apontadas inicialmente.

9. Por seu turno, o Ministério Público de Contas junto a este Tribunal de Contas manifestou-se à fl. 56, em pronunciamento da lavra do Excelentíssimo Senhor Procurador **João Izidro de Melo Neto**.

10. Na forma regimental, o processo veio-me por redistribuição (fl. 58).

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 25 de janeiro de 2017.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Relatora

PROCESSO TCE N° 20.363.2016-40
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial – FUREPOL/SESP, referente ao exercício de 2014
RESPONSÁVEL: Ildor Reni Graebner
PROCURADOR;
RELATORA: Consª Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA

(Relatora):

A Prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial – FUREPOL/SESP, referente ao exercício de 2014, ingressou neste Tribunal de Contas do Estado do Acre, dentro do prazo regulamentar que rege a matéria (Resolução TCE/AC nº 087/2013).

A análise realizada pela DAFO/1ª IGCE apurou, após a fase do contraditório, a regularidade dos demonstrativos contábeis e dos demais documentos que instruem as Contas.

Em face do exposto, voto:

1. **Pela emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso I, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando REGULAR a prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial – FUREPOL/SESP, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor **Ildor Reni Graebner**, gestor responsável pelo Fundo/SESP, à época.

2. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 26 de janeiro de 2017.

É como voto.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.363.2016-40
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Reaparelhamento Policial – FUREPOL/SESP, referente ao exercício de 2014
RESPONSÁVEL: Ildor Reni Graebner
PROCURADOR: -
RELATORA: Consª Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.269ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 26 de janeiro do corrente ano, presidida pelo Conselheiro-Presidente **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antônio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias, Dulcinéia Benício de Araújo, Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Ausente, justificadamente, o Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**. **Decisão:** O Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora